

AS DUAS TAREFAS DIANTE DA CRISE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 14.12.1982

No presente momento, em que o Brasil recorre ao FMI e está prestes a assinar a carta de intenções com aquela entidade para evitar uma iminente ruptura de caixa, é inútil concentrar nossa atenção em críticas ao próprio FMI ou então ao Governo. Este, sem dúvida, ao se ver forçado a recorrer ao FMI, em função de uma somatória de equívocos em sua política econômica, não tem condições de esconder de ninguém seu próprio fracasso. E diante da própria crise se encontra paralisado. O FMI e os banqueiros internacionais, por sua vez, são sem dúvida parte central da ordem internacional dominante, mas o essencial, agora, é perceber que essa ordem também está em profunda crise e que seus representantes estão também imobilizados, sem saber o que fazer. Sua aderência a formulas ortodoxas superadas de política econômica que muitas vezes têm como consequência apenas agravar a crise é uma indicação clara deste fato.

Aliás, é própria da crise a paralisação dos governos e de suas políticas econômicas. Estas acabam sendo tragadas pela dinâmica da própria crise. Mas também é próprio das crises que novas instituições surjam que idéias novas e novas soluções se tornem presentes, que não apenas a estrutura produtiva, mas também as formas de poder se transformem.

E as sociedades onde a superação daquela paralisação ocorrer mais rápida e profundamente serão aquelas que terão melhores condições de voltar a crescer e a se renovar. E eventualmente de construir uma sociedade menos desigual.

Ora, a partir dessa perspectiva, duas tarefas são essenciais no momento: (a) no curtíssimo prazo, discutir as condições do acordo com o FMI que sejam menos danosas para o país e menos injustas para os diversos setores da sociedade; (b) em seguida, e à luz da presente crise e do resultado das eleições, discutir novas formas institucionais e políticas que

devolvam legitimidade e representatividade ao Governo que se constituirá no Brasil daqui a dois anos, para que a superação mais definitiva da presente crise possa ocorrer.

Em relação à primeira tarefa, já que alguma forma de austeridade é inevitável, o essencial é, de um lado, não embarcar em austeridades inúteis, e de outro, não onerar injustamente os diversos setores e classes sociais. Austeridade inútil é, por exemplo, reduzir importações via recessão generalizada ao invés de controles seletivos de importações; é cortar as despesas do Governo abrupta e indiscriminadamente, ao invés de gradual e setorialmente. Austeridade injusta é, por exemplo, onerar os agricultores com o corte violento dos subsídios creditícios sem compensá-los com um efetivo aumento de preços; é passar para uma política de arrocho salarial, à base de um INPC “expurgado”, ao invés de corrigir a lei salarial, que, de fato, vem permitindo aumentos inflacionários de salários acima da produtividade.

Entretanto, estas e outras medidas mais profundas, que terão que ser adotadas nos próximos anos, para que afinal superemos a crise econômica em que vivemos não poderão ser tomadas por um governo sem representatividade e sem legitimidade, porque isto lhe retira autoridade. Ora, as eleições de 15 de novembro de 1982, ao atribuírem dois terços dos votos aos candidatos da oposição, ao mesmo tempo que permitiram formalmente que o Governo se perpetue no poder por mais oito anos (dois mais seis), só agravaram a atual crise de representatividade e de legitimidade. Temos assim um Governo duplamente paralisado pela crise econômica e pela falta de autoridade política. Uma solução política e institucional para este problema com a participação de toda a sociedade torna-se, portanto, a segunda tarefa imperativa do presente momento.(14/12)